

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL-TO

QUADRO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO 2019

CONCURSO PÚBLICO



NÍVEL: Superior

CARGO: Agente de Fiscalização de Postura e Obras

Língua Portuguesa	01 a 10
Noções de Informática	11 a 15
Conhecimentos Regionais	16 a 20
Legislação Pertinente ao Município de Porto Nacional/TO	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 40

APLICAÇÃO: MANHÃ

COPESE
Comissão Permanente de Seleção

ATENÇÃO: transcreva no espaço apropriado da **FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO)**, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

A felicidade do corpo consiste na saúde, e a do espírito, na sabedoria.

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

1. Verifique se este CADERNO DE PROVAS contém um total de 40 questões, dispostas conforme o quadro acima.
2. Caso haja algum problema de impressão ou divergência quanto ao cargo, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova.
3. Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:

Marque assim:



Não marque assim:



OBS: Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.

4. Ao terminar a prova, acene para chamar o aplicador para que sejam recolhidos este Caderno de Provas e sua Folha de Respostas (Gabarito).
5. Após a prova você poderá levar consigo somente o Gabarito Rascunho.
6. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.
7. De acordo com o item 10.18 do edital terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como bip, smartphone, telefone celular, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, fones de ouvido, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas.

Nome: _____
RG: _____

ATENÇÃO:

O tempo disponível para a realização desta prova, incluindo o preenchimento da Folha de Respostas (Gabarito) é de **3 horas**.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder as **QUESTÕES** de **01** a **07**.

Os perigos semânticos do racismo

Casos de preconceito expõem uso indiscriminado da palavra "racismo", confundida com "injúria" e "apologia à violência".

Todas as profissões possuem vocabulário próprio, um glossário que permite comunicação mais efetiva entre os que trabalham em determinada área do conhecimento humano. Com o Direito não é diferente. As letras forenses são plenas de particularidades e aforismos próprios, familiares aos que militam nas lides judiciais, mas bastante estranhos à população em geral.

Alguns problemas surgem porque, ao contrário do que observamos em outras ciências, os termos jurídicos têm, não raro, um segundo significado, comum e muito difundido, circunstância que frequentemente leva confusão aos que batem às portas dos tribunais em busca de justiça. São palavras como: "queixa", "exceção", "suspeição", "competência", cujo significado popular difere, em muito, do sentido técnico, muitas vezes bastante difícil de ser explicitado ao leigo. Um dos exemplos mais veementes dessa dicotomia é o vocábulo "racismo".

Numa série de episódios recentes, de ataques a nordestinos e outros atores sociais, o termo voltou a movimentar o debate no país. Para o senso comum, "racismo" significa toda e qualquer forma de "preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior" (HOUAISS, 2009), englobando condutas variadas, que vão da simples ofensa verbal a atos sociais discriminatórios ou violência física.

Em sentido técnico, no entanto, o termo remete a "crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor", tipificados pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que usa, nas diversas figuras penais, frases como: "impedir ou obstar o acesso", "negar ou obstar emprego", "recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso", "recusar hospedagem", "recusar atendimento", "impedir ou obstar casamento", "impedir ou obstar convivência social" e outros comportamentos, sancionados com penas que variam de um mínimo de um a um máximo de cinco anos de reclusão [...]. São condutas ligadas à ideia de exclusão, de eliminação, de óbice concreto ao exercício de um direito, ao sentimento íntimo de proscrição do outro, que toma tais condutas desprezíveis.

É necessário, no entanto, diferenciar esses crimes da injúria (ofensa verbal), qualificada por "elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência", prevista pelo art. 140, §3º, do Código Penal e que recebe pena abstrata de "reclusão de um a três anos e multa".

Mal comparando, para a lei, uma coisa é impedir alguém de entrar num restaurante ou tratá-lo mal por ele ser negro ou nordestino. Outra é injuriar alguém, com base em ofensas de conteúdo racial.

Tema bastante polêmico, não raro vemos nos noticiários pessoas, atingidas em sua honra por expressões alusivas à origem social ou étnica, dizendo-se vítimas de racismo e indignadas porque a autoridade policial não tipificou a conduta na Lei nº 7.716/89, mas sim na injúria prevista no Código Penal.

A própria mídia, por vezes desinformada, concorre para essa confusão e acaba, involuntariamente, por estimular o atrito, inquinando como faltosas condutas funcionais absolutamente corretas.

Importa esclarecer que a Justiça tem peculiaridades e o autor do delito, de uma forma ou outra, seja qual for o *nomen juris* (a denominação legal) dado ao fato, será efetivamente responsabilizado.

Necessário anotar, enfim, que eliminar tais comportamentos não é tarefa policial. É preciso, mais. É urgente que os homens se conscientizem de sua igualdade intrínseca e de que a cor da pele, a religião ou a origem social não os qualificam como melhores seres humanos. Assim como o Cavaleiro inexistente, de Italo Calvino, precisamos abandonar a narcísica armadura reluzente que nos aniquila para poder encontrar o outro, em toda sua dimensão, na divina beleza de sua diversidade.

Fonte: DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. In: *Revista Língua Portuguesa*. Ano 5, nº 62, dez. 2010. (Adaptado).

QUESTÃO 01

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a interpretação do texto e as intenções do autor.

- (A) Enaltece a área jurídica por utilizar vocabulário e termos técnicos acessíveis a toda população.
- (B) Acusa a mídia de divulgar informações falsas, principalmente sobre ataques aos nordestinos.
- (C) Demonstra que alguns termos de conhecimento popular possuem significados distintos do vocabulário da área jurídica.
- (D) Defende que a população em geral deveria dominar as letras forenses, para que todos pudessem conquistar os seus direitos.

QUESTÃO 02

Acerca da discussão sobre o termo "racismo", apresentada pelo autor, analise as afirmativas.

- I. Há dois entendimentos para "racismo": um de conhecimento popular e outro de conhecimento jurídico.
- II. Em todas as instâncias jurídicas deve-se prevalecer o significado popular para "racismo", que denota alteridade.
- III. Juridicamente, "racismo" é entendido como toda e qualquer forma de preconceito, por exemplo, contra as pessoas pertencentes a uma raça ou etnia diferentes, caso dos nordestinos.
- IV. O termo "racismo" apresenta a mesma significação do vocábulo "injúria" na área do Direito Penal.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

QUESTÃO 03

Sobre as diferenças de sentido entre termos técnicos da área jurídica e os termos de conhecimento popular, assinale a alternativa **CORRETA** sobre qual problema essas diferenças podem ocasionar à população.

- (A) A propagação dos termos jurídicos corretos, pela mídia, em cada caso de queixa crime.
- (B) A inibição aos que buscam valer os seus direitos, mas que não encontram respaldo nas leis brasileiras.
- (C) A dificuldade em compreender a tipificação correta em casos de racismo e injúria, previstos na legislação.
- (D) O desconhecimento jurídico dos policiais ao informar a tipificação correta dos crimes de injúria e racismo ao cidadão comum.

QUESTÃO 04

A partir da leitura do fragmento “[...] precisamos abandonar a **narcísica** armadura reluzente que nos aniquila para poder encontrar o outro, em toda sua dimensão, na **divina** beleza de sua **diversidade**.” (último parágrafo), assinale a alternativa **CORRETA** em que as palavras em destaque podem ser substituídas, respectivamente, sem prejuízo de sentido, por

- (A) Singela; terreal; igualdade.
- (B) vaidosa; sublime; pluralidade.
- (C) humilde; vulgar; multiplicidade.
- (D) presunçosa; estígia; homogeneidade.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa **CORRETA**. A palavra “Direito”, em destaque no texto (1º parágrafo), está grafada com a inicial em maiúscula, pois

- (A) está iniciando o período.
- (B) está aludindo à entidade mitológica e de cunho histórico.
- (C) está remetendo à forma de tratamento usada em instituições públicas.
- (D) está designando ciência, ou disciplina, ou sintetiza aspectos do engenho e do saber.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa **CORRETA**. De acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), o trecho: “preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior”, presente no 3º parágrafo, está entre aspas, pois

- (A) é citação textual direta.
- (B) é fragmento de obra literária.
- (C) é excerto conotativo e não referencial.
- (D) é expressão de cunho preconceituoso.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa **CORRETA**. De acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), a expressão *nomen juris* está grafada em itálico, porque

- (A) é expressão de formação híbrida.
- (B) é expressão em língua estrangeira já aportuguesada.
- (C) é expressão utilizada exclusivamente na área do direito penal.
- (D) é expressão latina não incorporada ao uso comum na língua portuguesa.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa **CORRETA**. Segundo o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), para o atributo “concisão” deve-se:

- (A) exibir advérbios que denotem personalidade.
- (B) transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras.
- (C) utilizar redundância e prolixidade para melhor clareza e compreensão do texto oficial.
- (D) utilizar adjetivos que destaquem a qualidade do que se pretende apresentar, com a finalidade de demonstrar consideração ao leitor.

QUESTÃO 09

Sobre os elementos de ortografia presentes no **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Pede-se que o travessão seja usado em casos em que se faz necessária a transcrição de trechos de fala.
- (B) Sugere-se a consulta a dicionários da língua quando há dúvidas sobre a grafia de determinada palavra.
- (C) Indica-se que o sinal de hífen deve ser evitado em comunicações oficiais, uma vez que o Novo Acordo Ortográfico não prevê seu uso.
- (D) Recomenda-se que palavras grafadas em itálico sejam acompanhadas de sinais gráficos de aspas para dar ênfase aos termos de origem estrangeira e latina.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa **CORRETA** em que todas as palavras estejam grafadas segundo a norma culta e/ou padrão da Língua Portuguesa.

- (A) Piche, procrastinar, expansão.
- (B) Vissicitude, maldade, viagem.
- (C) Ancioso, compreensão, lacrimejar.
- (D) Exceção, excepcional, indentidade.

PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 11**

São categorias disponíveis no menu de Configurações no Microsoft Windows 10, **EXCETO**:

- (A) paint, docs e edge.
- (B) rede e internet, dispositivos e contas.
- (C) contas, hora e idioma e privacidade.
- (D) atualização e recuperação, personalização e sistema.

QUESTÃO 12

Recuo é um deslocamento das linhas em relação às margens do documento. Sobre o recuo de parágrafo no Microsoft Word 2016, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Essa versão do Word não permite o uso de atalhos do teclado para realizar recuos de parágrafo.
- (B) O recuo do parágrafo pode ser aplicado a apenas um parágrafo por página e somente na primeira linha.
- (C) A caixa de diálogo *Parágrafo* não apresenta referências ao recuo, sendo necessário o usuário acessar a guia *Layout* para essa finalidade.
- (D) O recuo de parágrafo pode ser feito por meio da guia *Layout*, bem como pela régua, pela caixa de diálogo *Parágrafo* ou por atalhos do teclado.

QUESTÃO 13

Em alguns aplicativos de comunicação como o WhatsApp o tipo de criptografia utilizado é a ponta a ponta, ou seja, entre os dispositivos que estão trocando as mensagens. Com esse tipo de criptografia, somente quem está conversando possui a chave para ler a mensagem.

Neste contexto, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) a criptografia é responsável apenas por gerar um resumo da mensagem original.
- (B) a criptografia é responsável por cifrar a mensagem.
- (C) a criptografia é responsável por armazenar a mensagem em um servidor seguro.
- (D) a criptografia é responsável por garantir a entrega da mensagem ao destinatário.

QUESTÃO 14

Acerca da impressão de planilhas do Microsoft Excel 2016, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Para imprimir uma parte de uma planilha de trabalho é necessário selecionar previamente a parte que se deseja imprimir.
- (B) Para imprimir uma parte de uma planilha de trabalho, basta clicar na opção *Imprimir por partes* disponível na guia *Revisão*.
- (C) Para imprimir apenas partes de uma planilha o usuário não necessita selecionar previamente a parte que deseja imprimir.
- (D) O atalho Ctrl + S permite o usuário imprimir diretamente uma planilha.

QUESTÃO 15

Qual a URL indicada para transmissões que envolvem informações sigilosas e que oferece conexão segura:

- (A) ftp://www.portonacional.to.gov.br
- (B) http://www.portonacional.to.gov.br
- (C) https://www.portonacional.to.gov.br
- (D) smb://www.portonacional.to.gov.br

PROVA DE CONHECIMENTOS REGIONAIS

QUESTÃO 16

Ritxòkò significa ‘boneca de cerâmica’ e são confeccionadas por mulheres, desde a modelagem, a queima até a pintura. As bonecas Ritxòkò, desde 2012 foram reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio imaterial brasileiro.

Sobre as bonecas Ritxòkò é **CORRETO** afirmar que são confeccionadas pelas mulheres do povo

- (A) Krahô.
- (B) Karajá.
- (C) Xerente.
- (D) Xambioá.

QUESTÃO 17

É **CORRETO** afirmar que a unidade do relevo que está localizada na quádrupla fronteira entre Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia alcançando mais de 800 metros de altitude, e constitui o limite ocidental da região do Jalapão recebe o nome de:

- (A) Chapada do Araripe.
- (B) Chapada Diamantina.
- (C) Chapada dos Guimarães.
- (D) Chapada das Mangabeiras.

QUESTÃO 18

Durante o giro da folia do Divino Espírito Santo ocorre uma dança que é uma espécie de brincadeira composta por homens e mulheres que em dupla, acompanhados de viola e pandeiro se divertem e divertem a população com gesto de alegria e sensualidade.

É **CORRETO** afirmar que essa dança típica, que carrega fortes marcas de cultura e tradição das comunidades do interior do

Tocantins como Paranã, Santa Rosa do Tocantins, Monte do Carmo, Natividade, Conceição do Tocantins, Peixe e Tocantinópolis recebe o nome de:

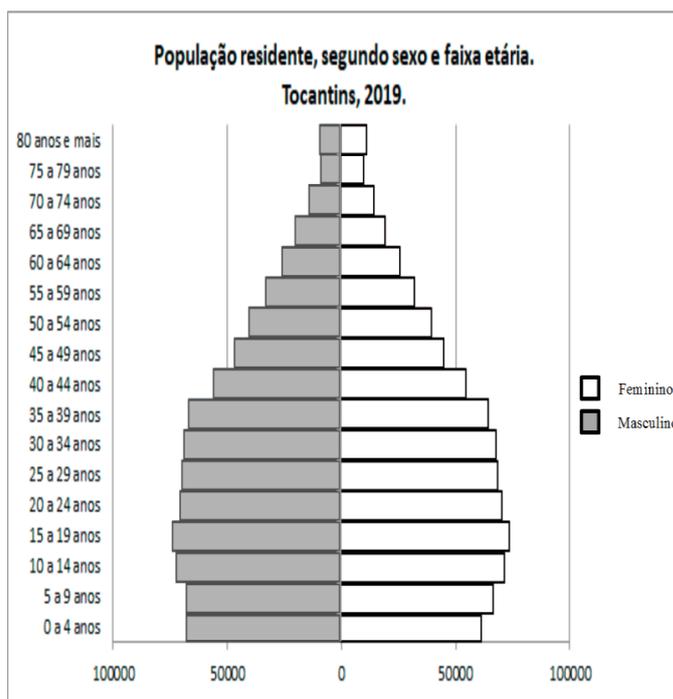
- (A) Zouk.
- (B) Salsa.
- (C) Sússia.
- (D) Merengue.

QUESTÃO 19

É **CORRETO** afirmar que uma das primeiras edificações construída em Palmas, no ano de 1989, que foi sede do Poder Executivo de 1º de janeiro de 1990 a 9 de março de 1991. Abrigou ainda a Casa Civil e a Casa Militar, as secretarias do Interior, da Comunicação e da Agricultura. Também serviu, por pouco tempo, de residência oficial do Governador, e atualmente abriga o:

- (A) Palácio Araguaia.
- (B) Memorial Coluna Prestes.
- (C) Museu Histórico do Tocantins.
- (D) Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

QUESTÃO 20



Fonte: Disponível em: <https://www.conass.org.br/quaiinformacao/tocantins-2/> Acesso em 02/05/2019. (Adaptado).

Considerando a pirâmide etária do Tocantins é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Os jovens de 15 a 19 anos correspondem à faixa populacional com maior incidência na composição populacional do estado.
- (B) A população idosa no estado Tocantins é numericamente superior à população jovem.
- (C) O número de mulheres adultas representa a metade do número de homens adultos.
- (D) O número de crianças de zero a 4 anos é superior ao de crianças de 05 a 09 anos.

PROVA DE LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL - TO

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa **CORRETA**. Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à organização do Poder Legislativo, o mandato da Mesa da Câmara Municipal será de:

- (A) um ano, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (B) um ano, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (C) dois anos, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (D) dois anos, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

QUESTÃO 22

Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- II. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas anuais do Município, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
- III. As contas do Município ficarão, durante quatro meses, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte municipal, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos em que a lei indicar.
- IV. A Câmara Municipal e o Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa **INCORRETA**. Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto ao processo legislativo, compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de lei que:

- (A) disponha sobre a criação, estruturação e atribuições de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- (B) estabelece a Lei de Zoneamento Municipal.
- (C) trate da criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, Indireta e Autárquica, bem como a fixação das respectivas remunerações.
- (D) disponha sobre o Regime Jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores municipais.

QUESTÃO 24

Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à Procuradoria da Câmara Municipal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Compete à Procuradoria da Câmara Municipal exercer a representação judicial, a consultoria e o assessoramento técnico-jurídico do Legislativo Municipal.
- (B) Os Procuradores Jurídicos da Câmara Municipal officiarão nos atos e procedimentos administrativos da Câmara, propiciando o controle interno da constitucionalidade e da legalidade e prestarão aos Vereadores, indistintamente, consultoria e assessoria técnico-jurídica, entre outras atribuições.
- (C) A Lei de iniciativa da Mesa da Câmara organizará a Procuradoria da Câmara Municipal, disciplinará sua competência e disporá sobre o ingresso na classe inicial, privativo de advogados em pleno exercício da profissão, mediante concurso público de provas e títulos instituindo plano de carreira, vencimentos e vantagens.
- (D) Compete à Mesa da Câmara indicar ao plenário em lista quántupla, relacionando bacharéis em Direito, dentre os quais será nomeado, por aprovação da maioria e por tempo indeterminado.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa **CORRETA**. A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta de:

- (A) três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (B) dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (C) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (D) metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

QUESTÃO 26

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), os cargos públicos serão providos, **EXCETO**:

- (A) Reintegração.
- (B) Recomendação.
- (C) Reversão.
- (D) Nomeação.

QUESTÃO 27

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), dentre outros motivos, a pena disciplinar de demissão será aplicada ao servidor nos seguintes casos, **EXCETO**:

- (A) Reincidência de falta de cumprimento do dever funcional.
- (B) Incontinência pública escandalosa.
- (C) Ofensa, em serviço, contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa.
- (D) Revelação de segredo de que tenha conhecimento em razão de suas funções.

QUESTÃO 28

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A posse será dispensada no caso de nomeação do candidato aprovado em concurso público.
- (B) A posse será dispensada no caso de indicação de candidato para cargo em comissão ou de confiança.
- (C) A posse será dispensada no caso de reintegração.
- (D) A posse não será dispensada em nenhuma circunstância.

QUESTÃO 29

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), quanto à nomeação para o cargo público, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nomeação dar-se-á em caráter efetivo para cargo de provimento efetivo.
- II. A nomeação dar-se-á em comissão, mediante livre escolha do chefe do poder executivo municipal, dentre pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.
- III. A nomeação dar-se-á em caráter efetivo para o provimento de cargo de caráter comissionado, nas funções de chefia, direção ou de secretário do município.
- IV. A nomeação dar-se-á em caráter temporário para provimento de cargo efetivo sujeito à extinção.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa **CORRETA**. Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), as faltas funcionais prescreverão no seguinte prazo:

- (A) em 1 (um) ano quando a falta for sujeita à pena de multa ou suspensão.
- (B) em 3 (anos) anos quando a falta for sujeita à pena de destituição de cargo em comissão ou de função pública.
- (C) em 4 (quatro) anos quando a falta for sujeita à pena de aposentadoria.
- (D) quando a ação ou omissão do servidor for tipificada na lei penal, de acordo com esta será o prazo prescricional.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Com relação à Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, analise as afirmativas a seguir.

- I. O parcelamento do solo urbano deverá ser feito exclusivamente mediante loteamento, observadas as disposições da Lei em comento, e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.
- II. A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

- III. Considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 32

Segundo a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, a outorga onerosa do direito de construir é qualificada como um dos institutos jurídicos e políticos passíveis de utilização para o cumprimento dos fins do diploma legal.

Com base no exposto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O Plano Diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. Para os efeitos desta Lei, coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área permeável e a área do terreno.
- (B) O Plano Diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. O Plano Diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana, ou diferenciado para áreas específicas dentro da zona urbana.
- (C) O Plano Diretor de cada município definirá os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.
- (D) O Plano Diretor de cada município poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida a alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

QUESTÃO 33

Analisando as considerações dos incisos, I, II e III contidos no Art. 9º, de acordo com a Lei Complementar nº 07/2006 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano do Município de Porto Nacional, no que tange às áreas de uso público nos loteamentos de uso público:

- I. o percentual de áreas de uso público nos loteamentos e condomínios urbanísticos, excluído o sistema viário, deve ser de, no mínimo, 15% (quinze por cento).
- II. as áreas de uso público destinadas aos equipamentos comunitários ou de uso institucional deverão respeitar 45% (quarenta e cinco por cento) da área e deverão ser em terreno único.
- III. nos 55% (cinquenta e cinco por cento) restantes, não serão computadas as esquinas de terrenos em que não possa ser inscrito um círculo de 20,00m (vinte metros) de diâmetro e as áreas classificadas como de proteção ambiental.
- IV. os canteiros associados a vias e os dispositivos de conexão viária com área inferior a 30,00m² (trinta metros quadrados) serão computados como parte da rede viária e não como áreas livres.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II, e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III, e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.

QUESTÃO 34

Analisando as considerações dos incisos I, II e III contidos no Art. 18º, de acordo com a Lei Complementar nº 06/2006 que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo nas Macrozonas Urbanas do Município de Porto Nacional, em relação ao uso do solo nas Macrozonas Urbanas, onde define-se a Zona Histórica 1 - ZH 1, como área de proteção histórica, correspondente ao Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do núcleo histórico, onde são permitidas as seguintes categorias de uso do solo: habitacional, incluído na subcategoria HB 1 e comércio de consumo local, incluído na subcategoria CS 1, tem-se:

- I. na Zona Histórica 1 (ZH 1), o número máximo de pavimentos terá altura máxima de 5,00m (cinco metros) em relação à cota de soleira.
- II. na Zona Histórica 1 (ZH 1), taxa de permeabilidade mínima, de 20% (vinte por cento) em todas as Macrozonas Urbanas.
- III. na Zona Histórica 1 (ZH 1), os imóveis construídos terão como característica obrigatória os seguintes elementos: todas as coberturas deverão ser em telhas cerâmicas do tipo capa e canal em especificamente quatro águas, com inclinação igual ou superior a 30% (trinta por cento) e beirais com no mínimo 0,60m (sessenta centímetros), entre outros.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 35

Analisando as considerações dos incisos I, II e III contidos no Art. 134, de acordo com a Lei Complementar nº 70/2018 que dispõe sobre o código de posturas do Município de Porto Nacional, em relação ao exercício do comércio ambulante, entendido como o exercício de porta em porta ou de maneira móvel nos logradouros públicos ou em locais de acesso ao público, sem direito a neles estacionar sabe-se que:

- I. As firmas especializadas em venda ou serviço ambulante de seus produtos, mediante uso de veículos ou outros equipamentos, deverão requerer, para cada unidade, licença em nome de sua razão social.
- II. O estabelecimento de profissional ambulante em logradouros públicos só será permitido em casos excepcionais e por período pré-determinado, não superior a 05 (cinco) dias, mediante autorização precária de uso do local indicado.
- III. O estabelecimento de profissional ambulante em logradouros públicos só será permitido em casos excepcionais e por período pré-determinado, mediante autorização precária de uso do local indicado, satisfeita entre outras a seguinte exigência: instalar-se num raio mínimo de 100,00m (cem metros) entre um e outro profissional ambulante, devidamente licenciados.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 36

A Lei Complementar nº 05/2006 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável estabelece que o objetivo central da política municipal de desenvolvimento e de expansão urbana é que Porto Nacional recupere a importância cultural e econômica no cenário estadual. Para alcançar este objetivo a legislação indica linhas estratégicas e entre outras a participação da sociedade no processo de planejamento, gestão e de controle social. Neste sentido, são indicados na legislação os instrumentos necessários para a implementação destas linhas estratégicas mencionadas que agregam a política de desenvolvimento sustentável.

Com base na legislação comentada analise as afirmativas.

- I. Para a implementação das linhas estratégicas de participação da sociedade no processo de planejamento, gestão e de controle social, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 05/2006 será necessário aplicar: instrumentos de democratização da gestão; conselhos municipais; gestão orçamentária participativa.
- II. Para a implementação das linhas estratégicas de participação da sociedade no processo de planejamento, gestão e de controle social, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 05/2006 será necessário aplicar: instrumentos orçamentários e de governança; conselhos municipais; orçamento público tripartite.
- III. Para a implementação das linhas estratégicas de participação da sociedade no processo de planejamento, gestão e de controle social, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 05/2006 será necessário aplicar: instrumentos fiscais e orçamentários; orçamento democrático; gestão orçamentária participativa.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 37

A Lei Complementar nº 070, de 06 de julho de 2018, que aprova o Código de Postura de Porto Nacional e dá outras providências, no Capítulo que trata de limpeza dos terrenos localizados nas zonas urbanas e de expansão urbana estabelece os deveres dos proprietários.

Neste sentido e com base nesta legislação, analise as afirmativas.

- I. A Prefeitura do Município de Porto Nacional deverá manter limpos e isentos de quaisquer materiais e substâncias nocivas à saúde da coletividade os terrenos localizados nas zonas urbanas e de expansão urbana.
- II. Os terrenos localizados no Município de Porto Nacional deverão ser preparados para permitir o fácil escoamento das águas fluviais e drenados os pantanosos e alagadiços.
- III. Os proprietários de terrenos marginais às rodovias, ferrovias e estradas vicinais são obrigados a permitir o livre fluxo das águas pluviais, sendo proibida a sua obstrução e/ou a danificação das obras feitas para aquele fim.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

QUESTÃO 38

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população. Com base na Lei 10.257/2001, analise as afirmativas que seguem.

- I. O Plano Diretor é obrigatório somente para as cidades com mais de 20 mil habitantes.
- II. É obrigatório o Plano Diretor para as cidades com mais de 10 mil habitantes inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- III. É obrigatório o Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes que sejam integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas a afirmativa II está correta.
- (C) Apenas a afirmativa III está correta.
- (D) Nenhuma das afirmativas está correta.

QUESTÃO 39

A Lei Complementar nº 07/2006, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo para fins urbanos do Município de Porto Nacional está fundamentada na Lei Federal nº 6.766/79. A referida Lei Complementar estabelece que o parcelamento do solo para fins urbanos poderá ser feito mediante loteamento, desmembramento ou condomínio urbanístico, obedecido o critério de localização inserido nas Macrozonas Urbanas, de acordo com os limites e parâmetros fixados por esta Lei Complementar. Ressalta-se, porém, que mais de uma modalidade de parcelamento pode ser utilizada, simultaneamente, na mesma gleba ou parte dela, atendidos os requisitos preconizados na legislação complementar.

Com base na legislação comentada analise as afirmativas que seguem.

- I. Considera-se desmembramento a divisão de lotes em outros que não implique na abertura de novas vias públicas ou logradouros públicos nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos existentes.
- II. Considera-se condomínio urbanístico a divisão de gleba ou lote em frações ideais, correspondentes a unidades autônomas destinadas à edificação e áreas de uso comum dos condôminos, que não implique na abertura de logradouros públicos nem na modificação ou ampliação dos já existentes, podendo haver abertura de vias internas de domínio privado.
- III. Considera-se loteamento a divisão de glebas em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação de vias públicas ou logradouros públicos existentes.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 40

A Lei Complementar nº 070, de 06 de julho de 2018, que aprova o Código de Postura de Porto Nacional e dá outras providências, na seção que trata da interdição de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e similares e o embargo de construção civil ou de outras obras realizadas em vias, logradouros, áreas públicas ou particulares, estabelece que a interdição ou embargo serão precedidos ou concomitantes de atuação, pela infração ocorrida.

Com base na legislação comentada analise as afirmativas que seguem.

- I. A interdição ocorrerá em caráter permanente, quando o estabelecimento, sem autorização para localização e funcionamento estiver instalado em logradouro público. Porém, caso esteja instalado em imóvel particular, sem licença para localização e funcionamento, terá uma interdição provisória até a regularização da situação, sem prejuízo as sanções estabelecidas pela legislação em comento.
- II. No caso de embargo extrajudicial, em caráter permanente, de construção civil ou de outra obra realizada em via, logradouro, áreas públicas ou particulares, fora dos casos legalmente autorizados, cumprindo-se as formalidades previstas no Código de Processo Civil e comunicando-se imediatamente à Procuradoria Geral do Município para efeito de ser requerida a sua ratificação judicial. A Prefeitura promoverá a demolição, se não fizer o interessado no prazo que lhe for concedido, cobrando do infrator, além das multas, as quantias dispendidas, acrescidas de 20% (vinte por cento).
- III. No caso de interdição provisória, sem prejuízos as sanções previstas em Lei, será concedido o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para que as exigências feitas sejam atendidas, para casos graves, e o prazo será estendido para 180 (cento e oitenta) dias, não havendo risco eminente e grave, que violem o sossego, a moralidade ou a segurança pública.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.